



**5º Encontro Internacional de Política Social**  
**12º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"  
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

---

**Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.**

**Matrizes do conhecimento que influenciam/ram o Serviço Social brasileiro**

**Jaqueline Zuin dos Santos<sup>1</sup>**  
**Priscila Semzezem<sup>2</sup>**  
**Thaís Gaspar Mendes da Silva<sup>3</sup>**

**Resumo:** Este trabalho, fruto de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, tem como objetivo apresentar as principais matrizes do conhecimento que exerceram e exercem influência sobre o Serviço Social brasileiro. A pertinência se dá na busca de tensionar o debate acerca da direção social assumida hegemonicamente pela profissão na atualidade ser assentada na teoria social crítica, como também na convivência e disputa com outras matrizes teóricas que fundamentaram e ainda se fazem presentes como embasamento no processo interventivo profissional. Esse contexto leva a necessidade do aprofundamento de debates e construções do posicionamento teórico e político dos assistentes sociais na atualidade.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Fundamentos teóricos e metodológicos; Matrizes de conhecimento.

**Mothers know that influence and influenced brazilian Social Worker**

**Abstract:** This work, the result of qualitative bibliographical research, aims to present the main knowledge matrices that exert and influence the Brazilian Social Worker. The pertinence is in the search of tensing the debate about the social direction assumed hegemonically by the profession in the present time to be based on the critical social theory, as well as in the coexistence and dispute with other theoretical matrices that found and still are present as base in the professional intervention process. This context leads to the need to deepen debates and constructions of the theoretical and political positioning of social workers today.

**Keywords:** Social Work. Theoretical and methodological foundations. Arrays of knowledge.

**Introdução**

Este texto tem como objetivo apresentar a influência das principais matrizes teóricas da produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, circunscrita à realidade brasileira e toma como recorte temporal todo o processo de inserção e consolidação da profissão no país,

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, campus Paranavaí. Email: <[jaque.zuin.s@gmail.com](mailto:jaque.zuin.s@gmail.com)>.

<sup>2</sup> Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, campus Paranavaí. Email: <[priscilasesmzezem@hotmail.com](mailto:priscilasesmzezem@hotmail.com)>.

<sup>3</sup> Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - UNESP/Franca. Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, campus Paranavaí. Email: <[thagaspar@yahoo.com.br](mailto:thagaspar@yahoo.com.br)>.

tendo como marco inicial a primeira escola de Serviço Social criada em São Paulo, em 1936.

Torna-se importante esse estudo, uma vez que, embora o Serviço Social seja uma profissão interventiva, para que tais profissionais possam atuar na realidade se faz necessária uma sólida formação teórica e metodológica. Nesse sentido, parte-se do pressuposto que as matrizes teóricas não se referem somente ao âmbito acadêmico de produção do conhecimento, vinculado essencialmente a pesquisa, mas está ligado a diferentes formas de ver o mundo e interpretar a realidade, e no caso do Serviço Social, intervir sobre ela.

Esse trabalho é resultado da trajetória docente das autoras, experiência que desperta a reflexão sobre a importância da discussão e conhecimento aprofundado sobre a profissão e seu diálogo com as diferentes matrizes do conhecimento, tendo em vista sua influência direta na atuação dos profissionais. Cabe mencionar, a preocupação com a formação profissional, bem como, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes nesse processo, pois, na atualidade, a formação em geral sofre regressões, fruto do movimento do modo de produção capitalista, assentada em uma perspectiva aligeirada. E esse contexto é profícuo para o Serviço Social se defrontar com “indução” a uma formação “prática” haja vista o seu caráter eminentemente interventivo.

Posto isso, afirma-se que em relação ao Serviço Social e o seu desenvolvimento teórico metodológico no Brasil, é possível demarcar importantes momentos, os quais influenciaram diretamente o intercâmbio com diferentes matrizes de conhecimento. Nesse sentido, esse o estudo abordará a relação entre o Serviço Social brasileiro e a doutrina social da Igreja Católica, o Serviço Social e a influência positivista e a relação entre o Serviço Social brasileiro e a fenomenologia e na sequência os principais aspectos relacionados ao Serviço Social e sua aproximação com a teoria social crítica.

### **Serviço Social brasileiro e suas interlocuções com a doutrina social da Igreja Católica, teoria positivista e fenomenologia**

O Serviço Social é uma profissão que surge durante a transição do capitalismo concorrencial ao monopolista, portanto, é uma profissão demandada pelo capitalismo e que tem uma função na divisão sócio técnica do trabalho. Segundo Netto (2011a, p.73) é somente na ordem societária burguesa monopólica que “se gestam as

condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que possam mover práticas profissionais”, dentre elas, destaca-se aqui, as do assistente social.

Sob análise do ponto de vista mundial, o fortalecimento do capitalismo em sua fase monopólica demandou, dentre os principais aspectos, um novo desenho organizacional do espaço público-estatal, o que engendrou a construção de novos papéis e funções para o Estado (ORTIZ, 2010). Nessa direção, o Serviço Social, tem sua gênese hipotecada ao tratamento dado a questão social<sup>4</sup> no contexto contraditório de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações sociais na consolidação do capitalismo monopolista (NETTO, 2011a; YAZBEK, 2009).

Em termos nacionais, de modo a introduzir o país ao cenário capitalista internacional e se desenvolver a luz das nações centrais, a reorganização do Estado brasileiro se fez necessária. O Estado deveria naquele momento ser o responsável pela paz social e pela mediação dos conflitos. Assim, como necessidade de enfrentamento das expressões da questão social, os setores dominantes da sociedade - Estado e Igreja - se unem em torno de um projeto comum, denominado de reformista-conservador. Este projeto, possuía dois grandes objetivos: primeiro, possibilitar o ingresso do Brasil no circuito do capitalismo internacional; e segundo, o controle da classe trabalhadora. Nessa direção, segundo Ortiz (2010) o Estado ao aliar-se a Igreja Católica, tem nesta, sua referência filosófica e social, ao mesmo tempo que corrobora com os interesses desta em busca de sua reorganização.

Para compreensão da trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, Ortiz (2010) apresenta ser necessário aliar a época específica da história da sociedade burguesa - fortalecimento da ordem monopólica - ao conjunto de fatores promovidos pela Igreja Católica, em busca de sua reorganização, em torno de um movimento de recristianização da humanidade e, sobretudo, da reafirmação de seus interesses e privilégios, abalados temporariamente com a advento da República. De acordo com Yamamoto (1992, p. 18)

---

<sup>4</sup> Por questão social utilizamos a definição dada por Yamamoto e Carvalho: “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 83-84).

[...] o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30.

Posto isto, a autora afirma que o Serviço Social no Brasil emerge “com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” com uma forte influência franco-belga, ligado diretamente à Igreja Católica (IAMAMOTO, 1992, p. 21). O momento se dá entre a década de 1930 e 1940, quando o Serviço Social brasileiro tem como referenciais orientadores da direção dada à profissão, a Doutrina Social da Igreja, o ideário franco-belga de ação social e o pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo.

Conforme explica Yazkek (2009), a doutrina não se constitui em teoria social, ela se caracteriza em uma visão de mundo baseada na fé e em dogmas, enquanto que, a teoria social se constitui em um conjunto explicativo totalizante, ontológico, sendo uma construção intelectual que proporciona explicações próximas a realidade e supõe a constituição de método, ou seja, a trajetória teórica que se observa na explicação do ser social. Apesar de não ser considerado como uma matriz teórica a influência Tomista<sup>5</sup> que fundamentou a Doutrina Social da Igreja na gênese do Serviço Social no Brasil, vai imprimir a direção dada à profissão, tanto do ponto de vista interventivo, quanto do ponto de vista explicativo da realidade. Portanto, nesse contexto, a profissão adquire:

[...] caráter de apostolado fundado em uma abordagem da “questão social” como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. O contributo do Serviço Social, nesse momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus “clientes” na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes (YAZBEK, 2009, p. 146).

Assim, no que se refere ao Serviço Social, cabe destacar que a ação direta da Igreja e sua permanente inspiração ideológica, em conjunto com as encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931)<sup>6</sup> “responderam pelo perfil e pelo

<sup>5</sup> Quer-se aqui demarcar a influência do pensamento de São Tomás de Aquino e sua base conceitual, não nos deteremos sobre a diferenciação entre Tomismo e Neotomismo, uma vez que a atualização proposta pelo Neotomismo não supera as bases conceituais apresentadas no primeiro momento.

<sup>6</sup> As encíclicas papais, *Rerum Novarum*, divulgada em 1891, e *Quadragesimo Anno*, em 1931, são uma clara resposta à situação da classe operária e à agudização da luta de classes. Eis como a Igreja se encontrava na urgente necessidade de fixar uma posição que reforçasse a coesão ideológica da sua

substrato doutrinário da formação dos primeiros centros de formação superior” (CASTRO, 2011, p. 51).

Nessa linha, como apontado anteriormente, a relação Igreja e Serviço Social em sua gênese no Brasil, influenciada diretamente pela doutrina social católica e gestada na expansão e secularização do mundo capitalista, encontra-se medularmente ligada nas origens da implantação do Serviço Social no Brasil com a forma da profissão de ver o mundo, interpretar e intervir sobre a realidade.

De fato, a aproximação do Serviço Social brasileiro com uma teoria ocorre, especialmente, a partir dos anos 1940, através da aproximação da matriz positivista, período marcado pela reorientação da profissão, com vistas a atender as requisições do Estado, que ao implementar políticas no campo social, articulado à expansão das grandes instituições socioassistências, alarga o espaço sociocupacional do assistente social.

Nesse contexto, o capitalismo industrial no Brasil começa a tomar contornos mais definidos e o Estado através de uma política econômica e financeira, incentiva as indústrias, visando à expansão, organização do mercado interno, capitalização e acumulação do setor. Esta expansão industrial traz consigo a intensificação da exploração da força de trabalho, levando proletariado urbano ao exercício de pressões sobre o Estado. Assim, cabe ao Estado burguês a necessidade de uma nova modalidade de intervenção, que segundo Netto (2011a, p. 25) configura-se na estratégia de estabelecimento de um vetor extra econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos”. Será através da política social, que o Estado vai procurar administrar as expressões da “questão social”, e nesse sentido, ela se torna alvo das políticas públicas estatais, pois, concretiza também os objetivos do próprio Capital.

Para a intervenção e respostas profissionais dentro desse contexto, o Serviço Social compreende que a visão inicial, com ênfase em conteúdos filosóficos é insuficiente para a atuação prática dos assistentes sociais, portanto, vai buscar na matriz

---

hierarquia e dos seus membros. Daí que a encíclica assumisse a forma de um documento de caráter eminentemente político, tentando se constituir numa proposta articuladora da conciliação entre as classes, reafirmando a condição de exploração da classe operária e apelando à reflexão dos capitalistas e do Estado sobre os riscos morais e políticos da sua conduta voraz. É resposta ao pensamento e às propostas de ação socialistas mediante a qual se busca colocar o discurso religioso acima das classes sociais, recorrendo à autoridade suprema da religião e fazendo um apelo para que as coisas terrenas dos homens se submetam ao poder divino (CASTRO, 2011, p. 59).

positivista o aprimoramento de seus referências técnicas e metodológicas, mesmo não abandonando, de fato, as primeiras influências do período de formação (IAMAMOTO, 1992; YAZBEK, 2009).

[...] a profissão carecia de um conjunto de conhecimentos teóricos e técnicos necessários para responder às novas demandas, visto que até a década de 1940, as assistentes sociais pioneiras tinham a legitimação de seu trabalho limitada pela intervenção advinda da missão do apostolado social e que, agora, passava a ficar a cargo do mandato institucional. [...] O pensamento conservador tornou-se pouco eficiente face às demandas da realidade. A mudança foi imposta para a própria sobrevivência do Serviço Social diante dos novos requerimentos sociais (ANDRADE, 2008, p.270 - 271).

Os assistentes sociais passam a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Nessa direção, segundo Yazbek (2009) a legitimação profissional, demonstrada pela condição de assalariamento e a ocupação de um espaço na divisão sócio e técnica do trabalho, coloca a profissão na busca de suporte técnico-científico, que nesse momento histórico, se dará pela aproximação com a teoria social positivista. Nas palavras da autora, o Serviço Social brasileiro tem “[...] o primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização buscado na matriz positivista” (YAZBEK, 2009, p. 146).

Ao falar da aproximação do Serviço Social com o positivismo<sup>7</sup>, cabe registrar que ele é uma matriz teórica importante e de grande influência no âmbito das Ciências Sociais. Surge na primeira metade do século XIX através de Auguste Comte (1798-1857) originando-se do "cientificismo", contudo, não nasceu espontaneamente no século XIX, suas raízes podem ser encontradas já na Antiguidade.

Para o positivismo a realidade deve ser traduzida sob a forma de leis naturais, pois crê-se no poder exclusivo e absoluto da razão humana. Procura desvendar a realidade através de um método científico, tendo como principal característica demonstrar que a sociedade segue uma ordem natural, portanto, está fundamentada na verificação empírica dos fatos, ou seja, na experiência. Seu objetivo, tem por base, que o seu conhecimento científico deveria “substituir as explicações teológicas, filosóficas e

---

<sup>7</sup> Vale destacar que o positivismo sofre influências de diferentes pensadores e recebeu o adjetivo de neopositivismo pelo círculo de Viena. Não será nosso papel discursar sobre as nuances de desenvolvimento desta matriz, até porque sua base fundamental continua a mesma, a verificabilidade dos fatos através da abordagem empírica.

de senso comum por meio das quais – até então – o homem explicava a realidade” (COSTA, 1997, p. 47).

Registra-se então, que na década de 1940, no diálogo Brasil e EUA, o Serviço Social brasileiro busca o tecnicismo para além da perspectiva de caridade. Nota-se que é um período de avanço profissional, contudo, as primeiras influências do período de formação não são abandonadas, mas deixam uma herança significativa, a qual é redesenhada por um quadro instrumental e positivista adotado pela categoria profissional, como direcionamento para a sua profissionalização.

Esse processo, vai se constituir segundo Yamamoto (1992, p. 21) em um “arranjo teórico doutrinário, caracterizado pela junção do discurso postulado pela doutrina social cristã e pelo suporte técnico-científico de inspiração positivista, reiterando para a profissão o pensamento conservador. Segundo a autora, o processo de ampliação do suporte técnico-científico da profissão se dá sob a influência das Ciências Sociais, nos marcos do pensamento conservador, especialmente pela vertente empiricista norte-americana.

De acordo com Yazbek (2009, p. 147-148) uma vez que, a perspectiva positivista “[...] restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação ela [...] não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação”. Prega “a conciliação de classes”, a submissão da massa trabalhadora aos ditames industriais, ou seja, capitalistas. Nessa direção, Yazbek (2009) pontua que a profissão ao incorporar essa orientação funcionalista, assume um perfil manipulatório.

É nesse período, que as metodologias de intervenção sob influência da matriz positivista e incorporação das teorias estrutural-funcionalistas que se desenvolvem no Serviço Social as práticas do “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade”, na busca da integração do homem ao meio social em que vivia, supervalorizando a técnica, considerada autônoma e como um fim em si mesma. Nesse contexto, a ênfase na formação profissional sustentava-se visão terapêutica e na concepção de que as expressões da questão social deveriam ser tratadas como desajustamento social, que quando aliada ao neotomismo cristão, teve como consequência o reforço da postura terapêutica, tratamento das feridas sociais, nas linhas da psicologia e da psiquiatria da época.

Em que pese “Caso, Grupo e Comunidade” tenham composto a tríade metodológica do Serviço Social nesse período chamado de conservador, é imprescindível demarcar que no primeiro momento, principalmente entre as décadas de 1940 e 1950, a profissão adota com intensidade o “Método de caso”, como destacado através das formulações apresentadas por Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton (ANDRADE, 2008). A partir, de 1947 o método de “Serviço Social de Grupo” também passa a compor a gama de instrumentalização da profissão. Essas práticas, dão início ao “Serviço Social de desenvolvimento de comunidade” que aparece no cenário brasileiro devido a uma forte preocupação internacional com os questionamentos políticos e fragilidades da economia. Nesta perspectiva, a partir de abordagens individuais e com grupos buscava-se o desenvolvimento das comunidades pobres, com vistas a solidificar os preceitos capitalistas.

Foi na década de 1960 que os profissionais começaram a questionar a base teórico-metodológica positivista, ao se aproximarem das Ciências Sociais e outras áreas do conhecimento (CARDOSO, 2013). Contexto marcado pelo Movimento de Reconceituação datado em 1965, através do I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social em Porto Alegre. A partir daí, segundo Netto (2011b), deixa de existir um bloco consensual na análise de realidade e intervenção, constituindo o processo de renovação e identifica-se três direções principais: a perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora teve a sua vigência na segunda metade da década de 1960 e seu núcleo central é a tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento. Neste âmbito, contatam-se reiterados *backgrounds* pertinentes ao estrutural-funcionalismo norte-americano, tendo como base ainda a teoria positivista. O caráter modernizador dessa perspectiva aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites (NETTO, 2011b).

O processo de renovação permitiu ao Serviço Social brasileiro a interface com outras matrizes de conhecimento, no entanto, a perspectiva modernizadora, cujo fundamento é a teoria positivista, se fez presente mesmo depois do processo de questionamentos da profissão.



Outra influência relevante ao Serviço social brasileiro é a fenomenologia, sua definição como matriz teórica, ou de conhecimento é alvo de divergências no âmbito acadêmico. Ela vai se manifestar no Serviço Social brasileiro em meados da década de 1970, no bojo do processo de Renovação, em um momento que Netto (2011) a denomina de reatualização do Conservadorismo, demarcada pela conjuntura histórica do processo de ditadura militar, em que o Estado tem os seus objetivos voltados para os interesses burgueses.

Para que possamos compreender a inserção da fenomenologia cabem algumas considerações. A fenomenologia surgiu no início do século passado, na Alemanha, por Edmundo Husserl, que recebeu influências do pensamento de Platão, Descartes e Brentano. E os pensadores do pensamento husserliano: Martin Heidegger, Alfred Schutz, Jean Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty. Segundo Côrrea (1997, p. 83) se originou como um movimento na filosofia, sendo aplicada, posteriormente, às ciências humanas. Em específico, surge como uma proposta ou tentativa de superação da empiria na ciência, ou seja, um contraponto ao positivismo, a sua perspectiva é na busca para a compreensão dos fatos/fenômenos.

Ela se propõe a estudar os fatos concretos da realidade, ou seja, aqueles fatos vividos pelos indivíduos. O ponto de partida do método fenomenológico é o olhar sobre o seu entorno, percebendo as coisas de seu mundo, de sua vivência cotidiana. A concepção de mundo é interpretada como um dado, desumano e sem história, assume uma postura estática e anti-histórica, o homem não produz o mundo, apenas o percebe em seus sentidos, ou seja, ele já está pronto (CARLI, 2013). Nesse sentido, [...] a fenomenologia tem como enfoque central à compreensão dos fenômenos, dirigindo-se para a vivência cotidiana (CÔRREA, p. 85, 1997).

A apropriação da fenomenologia pelo Serviço Social brasileiro se manifesta a partir da recusa aos padrões teóricos-metodológicos da tradição positivista e como um “insumo para a reelaboração teórica e prática da profissão”, ou seja, trata-se de um contraponto ao da perspectiva modernizadora da profissão. (NETTO, 2011b, p. 208). Sua inserção ocorre em um momento em que o movimento conservador se faz presente em meados do fim da década de 1970 na profissão (CARLI, 2013).

Conforme explica Cardoso (2013), o aporte na fenomenologia terá uma maior evidência nos espaços acadêmicos, na produção do conhecimento e na criação de

uma metodologia para orientação da prática profissional. Terá destaque no encontro, em 1978 em Sumaré, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS).

No âmbito do Serviço Social é preciso considerar os esforços de profissionais que se debruçaram em realizar a crítica ao tradicionalismo profissional que ocorre no bojo do Processo de Renovação no Serviço Social brasileiro, que para Netto (2011) não significou um processo de rupturas, mas sim de reafirmações com o passado e que buscaram na fenomenologia os seus aportes.

A apropriação da fenomenologia para o Serviço Social requer destacar três elementos principais desse processo. Primeiro, o Serviço Social se apropria dessa corrente sem a leitura de seus clássicos fundadores, as interpretações se dão a partir de seus comentadores (CARLI, 2013). Nesse sentido, Netto (2011b, p. 212,) reitera que “estamos diante de construções cuja filiação à metodologia é frouxa e lassa”, pois toda a fonte é construída tendo como base as fontes secundárias.

Segundo o autor, os conceitos são incorporados sem críticas [...] O método fenomenológico aparece como algo sem contestação, como matriz teórica-metodológica situada para além de críticas e reservas (NETTO, 2011b, p. 213).

Nesse sentido, a atuação do assistente social tendo como base teórica-metodológica a fenomenologia possuem as seguintes características (CARLI, 2013): Usuário compreendido como um ser isolado, ou seja, não se leva em consideração as determinações classistas; O Serviço Social é compreendido como uma ajuda psicossocial; Na análise não considera o real; Assume uma postura acrítica; Há a negação da perspectiva da totalidade. E o resultado da intervenção profissional é a transformação pessoal.

Assim, segundo Cardoso (2013) essa metodologia propõe que se busque a compreensão dos fenômenos pelos próprios sujeitos, ou seja, a partir do que é compreendida e vivenciada internamente pelo sujeito e o assistente social tem a função de desempenhar a ajuda psicossocial. a metodologia se pautará no tripé pessoa-diálogo-transformação. E assim: “Há uma idealização /abstração ao se pensar a pessoa e, ao mesmo tempo uma individualização no enfrentamento das expressões da questão social” (CARDOSO, 2013, p. 149).

Cabe ressaltar que esse aporte não se torna adormecido no âmbito da profissão, Vasconcelos (2015) aponta para a presença de um projeto na atualidade assentado numa “vertente neoconservadora”, se manifestando em posicionamentos e apreensão acrítica, na psicologização das expressões da questão social em ofertas de Terapia Familiar, comunitária, genograma, entre outros. “[...] São assistentes sociais que, tomam o “psicossocial” como função e não como área de atuação” (VASCONCELOS, 2015, p. 307).

### **Serviço Social e a teoria social crítica**

A discussão sobre relação entre o Serviço Social brasileiro e a teoria social crítica não pode deixar de mencionar o reordenamento político e econômico interposto pela ditadura militar às diferentes áreas do conhecimento, inclusive no Serviço Social. É neste processo de reorganização que o diálogo com a teoria social crítica passa a ganhar destaque no âmbito da profissão, fazendo com que profissionais produzam reflexões profícuas ao Serviço Social, que será chamado mais tarde de conservador.

Cabe mencionar que a aproximação com a teoria social crítica não se dá de maneira uniforme e linear no âmbito do Serviço social brasileiro devido às especificidades do período ditatorial. Sendo assim, torna-se relevante destacar seus preceitos de modo a apresentar elementos que podem ser considerados de grande impacto para a profissão.

Nesses termos, afirma-se que a teoria social crítica é chamada de tal forma porque se propõe a entender de forma racional as bases da sociedade. Em segundo lugar, afirma-se que sua principal base norteadora é a realidade, ou seja, a teoria social crítica é materialista e por este fato, tem como pressuposto que a realidade está em constante mudança e transformação. Tal teoria não possui verdades dogmáticas, está suscetível ao movimento e organização social.

É uma teoria que quer apanhar o movimento constitutivo do social – movimento que se expressa sob formas econômicas, políticas e culturais, mas que extravasa todas elas. Por isso, a análise da organização da economia (a crítica da economia política) é o ponto de irradiação para a análise da estrutura de classes e da funcionalidade do poder (a crítica do Estado) e das formulações jurídico-políticas (a crítica da ideologia) (NETTO, 2006, p. 30).

Partindo da prerrogativa da materialidade, bem como, do movimento constante e complexo da sociedade, a teoria social crítica desafia os profissionais a

entender a realidade e desvendá-la, para desta forma desvelar as raízes das diferenças sociais.

Posto isso, vale mencionar que o Serviço Social só entra nas universidades brasileiras de fato durante o processo de reestruturação universitária proposto durante regime autocrático burguês, uma vez que, antes deste período o Serviço Social estava alocado em escolas isoladas. É neste momento que a profissão recebe de fato

[...]influxos da sociologia, da psicologia social e da antropologia. É absolutamente inegável o aspecto positivo daí decorrente – principalmente se se leva em conta o fato, consensualmente reconhecido, da ausência de fortes tradições intelectuais e de investigação na formação profissional” (NETTO, 2011b, p. 126).

Sendo assim, os primeiros passos contestatórios no Serviço Social aparecem a partir do processo de laicização da profissão abrindo espaço para a perspectiva que é chamada por Netto (2011b) de “intenção de ruptura” emergente no quadro da estrutura universitária durante a primeira metade dos anos setenta.

Cabe mencionar o processo de reflexão e problematização das bases teóricas da profissão, chamado de Reconceituação, que aconteceu em toda América Latina, e no Brasil surge a partir da década de 1960, contudo ganha força e maior durante a década de 1970. Vale lembrar que a perspectiva crítica não foi a única vertente teórica no âmbito da reconceituação da profissão no Brasil, todavia, é a única dentre as problematizadas anteriormente que apresenta bases de contestação à ditadura militar.

Para Netto (2011b), o processo de “intenção de ruptura” tem três momentos no Serviço Social brasileiro, o primeiro pode ser entendido como de emersão, o segundo de consolidação acadêmica e o terceiro se refere ao espraiamento de tal intenção a toda categoria profissional. O primeiro momento ocorreu em Minas Gerais por um grupo de jovens, que mais tarde desenvolveu o “método de BH”<sup>8</sup>. Tal movimentação ocorre na cidade de Belo Horizonte devido intenso movimento de sindicatos, movimentos sociais, articulação de classe nesta capital, o que reuniu elementos para fundamentar esse direcionamento na profissão.

---

<sup>8</sup> [...] “o método” que ali se elaborou foi além da crítica ideológica e da recusa das práticas próprias ao tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social (NETTO, 2011b, p. 276).

No entanto, mesmo nesta conjuntura adversa, a produção intelectual no Serviço Social, de forma discreta, começa a incorporar os preceitos da teoria crítica, lembrando que, apesar das dificuldades apresentadas a universidade ainda era um espaço onde existiam mínimas condições para a nova proposta de reflexão.

Já no segundo momento de “consolidação acadêmica” existe clara dominância do chamado “marxismo acadêmico” que se refere ao reducionismo da teoria social crítica aos limites do momento histórico, somente mais tarde haverá a possibilidade de emersão as fontes originais que direcionaram tal fundamentação, mas mesmo neste momento, de forma inicial. O terceiro momento é penetrado por um lastro eclético haja vista a intenção de analisar a atualidade profissional frente as tendências democráticas do país.

Como visto a influência da teoria social no Serviço Social brasileiro é permeada por especificidades relacionadas à construção política e econômica do país, e sua influência no Serviço Social brasileiro está intrinsecamente vinculada ao necessário aprimoramento e modernização da profissão frente as novas requisições do período, o que reserva ao campo teórico metodológico da profissão um cenário de intensa disputa.

A teoria crítica está detida na análise do movimento contraditório da realidade, ou seja, não admite que a realidade seja algo natural e sem conflitos. Esta matriz teórica se apresenta como contraponto fundamental a matriz positivista que pressupõe a empiria como meio de comprovação da realidade. O materialismo histórico e dialético exige o conhecimento da realidade material através da reflexão racional, ou seja, a realidade está dada e cabe aos homens refletir sobre ela para desvendá-la.

Não é possível definir mesmo que de maneira aproximada o significado da teoria crítica frente a sua complexidade e dimensão ampliada, contudo, vale dizer que essa é uma forma de leitura de realidade que reflete todo o processo complexo da sociedade capitalista, o qual está em constante e contínua transformação. Nas palavras de Netto (2006)

A teoria social de Marx, pois, tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua ultrapassagem revolucionária: é uma teoria da sociedade burguesa sob a ótica do proletariado, buscando dar conta da dinâmica constitutiva do ser social que assenta na dominância do modo de produção capitalista. [...] (NETTO, 2006, p. 19)

Portanto, considera-se que a aproximação do Serviço Social à teoria crítica busca uma leitura racional da realidade com vistas a entender o processo de exploração

da classe trabalhadora, àqueles cidadãos que são alvo de sua intervenção social. Deste modo, o movimento de reconceituação, mais precisamente a chamada “intenção de ruptura” revela a disputa ideológica no âmbito desta profissão, com vistas a tencionar o debate em “favor da classe trabalhadora”.

É por este fato que a ruptura é abordada por José Paulo Netto como uma intenção, a qual deve ser amplamente debatida no âmbito profissional e ampliada gradativamente de acordo com o amadurecimento teórico e político do Serviço Social. Entende-se, portanto, que esta matriz traz ao Serviço Social brasileiro uma nova proposta de organização, e como resultado apresenta o novo código de ética aprovado em 1986 e em seguida aprimorado em 1993, bem como diretrizes curriculares para os cursos de graduação, na busca de direcionar a formação deste profissional que agora tem como dever a criticidade, e a lei de regulamentação da profissão, que juntos formam o tripé do projeto ético-político profissional.

### **Considerações finais**

Esse estudo identificou que a construção do Serviço Social brasileiro, no que se referem as suas bases teóricas-metodológicas, esteve vinculado as diferentes conjunturas sócio-políticas do país, nesse sentido, o quadro de transformações no âmbito da profissão revela intenso diálogo com diferentes matrizes teóricas de forma não linear.

Assim, mesmo, ligando-as ou dando evidência a uma ou outra matriz em determinado momento histórico da profissão, não representa que estas se findaram ou adormeceram, ao contrário, elas ainda se fazem presentes e em constantes disputas na atual conjuntura.

Destaca-se que na cena contemporânea a disputa das diferentes matrizes se reatualiza constantemente, o que consecutivamente exige dos profissionais posicionamento teórico e político, pois, conforme afirma Netto (2006, p. 19-20) “[...] o século 19 não está “superado”: as principais matrizes intelectuais nele emergentes estão mais vivas e atuantes que nunca - num polo, a inaugurada por Marx; noutro, a estabelecida pelo positivismo”.

E ainda, quando se trata de posicionamento teórico-político, não é de escolhas por uma ou por outra, ou ainda, conforme aponta Netto (2011b), de forma

eclética, mas a necessidade de compreender os fundamentos teóricos e os reflexos que se tem na intervenção profissional, bem como na realidade dos sujeitos.

Nesse sentido, o Serviço Social, assim como as demais profissões, é um ambiente de disputa ideológica e política, deste modo, o processo de consolidação do chamado projeto ético-político o qual está vinculado a teoria social crítica, requer constantemente aprofundamento, uma vez que, as diferentes matrizes do conhecimento persistem na disputa pela base da profissão, bem como da sociedade.

Assim, reiteramos que o Serviço Social por ser uma profissão eminentemente interventiva tem por dever discutir suas bases teóricas, uma vez que, são elas que devem nortear a forma de leitura da realidade, deste modo, a história que foi demonstrada, ilustra a riqueza deste debate que não deve ser vencido.

### Referências

ANDRADE, M. A. R. A. de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social e Sociedade**, v. 17, n.1, p.268-299. Franca, 2008.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil, São Paulo: Papel Social, 2013.

CARLI, R.. **Fenomenologia e questão social**: limites de uma filosofia. Campinas: Papel Social, 2013.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CÔRREA, A. K. **Fenomenologia**: uma alternativa para pesquisa em enfermagem. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v5n1/v5n1a10>>. Acesso em: mar. 2016.

COSTA, C. **Sociologia**: Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.

FORTI, V.; GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra?. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.) **Serviço Social**: temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GUIDDENS, A; TURNER, J. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo**: Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. **O que é Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social pós 64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua Imagem Social e da Autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SILVA, J. M. de O.; LOPES, R. L. M.; DINIZ, N. M. F. D. Fenomenologia. **Rev Bras Enferm**, Brasília, DF, 2008 mar./abr. 61(2): 254-7. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n2/a18v61n2.pdf>>. Acesso em: mar.2016.

VASCONCELOS. A. M.. **A/O Assistente Social na luta de classes**: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABESS (Org.). **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.